

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

NIRE:53 5 0000503-0

**ATA DA 70ª REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA,
REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2021**

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, aprovada pelo colegiado devido à pandemia da COVID-19, reuniu-se o Comitê de Auditoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), secretariado por mim, ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS, Secretária-Geral. Participaram o Presidente do Comitê de Auditoria HERBERT ADRIANO QUIRINO DOS SANTOS e os membros LUIS CARLOS DA CONCEIÇÃO FREITAS e JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO.

ABERTURA.

O Presidente do Comitê Herbert Quirino cumprimentou os participantes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da presença de todos os membros do Comitê de Auditoria, restou configurado o atendimento do quórum estatutário.

APRESENTAÇÃO.

Em consonância com o primeiro item da pauta desta reunião, a ata da 69ª reunião do Coaud foi aprovada.

Em seguida, o Comitê informou que o relatório sobre as demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2021 está pronto e será encaminhado por e-mail. Além deste item, o relatório do Coaud sobre a manifestação do 2º semestre de 2020 da Diretoria Executiva em relação à Eletros será entregue ainda esta semana. Os dois assuntos serão apresentados pelo Comitê na próxima reunião do Conselho de Administração.

Na sequência, o Comitê discutiu sobre sua avaliação de desempenho realizada pelo Conselho, referente ao ciclo 2020 – 2021.

Após, foi convidado o Presidente da EPE Thiago Barral, para conversa com o Coaud. Herbert Quirino sugeriu que o Presidente comentasse sobre a situação orçamentária anual e os frequentes contingenciamentos, tendo o risco de a EPE não cumprir suas obrigações legais. Thiago Barral explicou sobre a dependência da Empresa do orçamento da União e a possível diversificação de fonte de receitas, sem perda da essencialidade de consultoria técnica permanente para o Ministério de Minas e Energia (MME). O Presidente acrescentou que, enquanto a EPE constrói os elementos de visibilidade, produzindo e aperfeiçoando evidências que geram valor para o cliente (MME), além de possuir disponibilidade imediata, o Ministério demanda, impões diretrizes e normativos, patrocinando politicamente a inclusão da EPE no orçamento federal. Questionado por Herbert Quirino sobre a atuação do MME no orçamento da Empresa, Thiago Barral informou que o processo tem sido aperfeiçoado, com o envio de Plano de Negócios anualmente e evolução no sistema de custos, proporcionando bases mais sólidas e discussões mais profundas sobre as demandas. Luis Freitas argumentou sobre os riscos de imagem e perda de talentos e o Presidente informou que a Empresa sempre trabalha de forma coordenada com o Ministério, produzindo evidências para mitigar os riscos. Thiago Barral comentou sobre o apagão no Amapá e a crise hídrica atual, demonstrando as ações realizadas pela EPE para aumentar a segurança do sistema. Joaquim Rubens comentou a decisão estratégica de relacionamento único com o MME, ressaltando a instabilidade orçamentária devido à falta de autonomia financeira. O Presidente informou que esta é a melhor forma de relacionamento, tendo em vista que a Empresa precisa ter isenção e sigilo, sem conflitos, entendendo que há o risco orçamentário, mas que faz parte da natureza do negócio da EPE. Thiago Barral acrescentou que o Ministério vem apoiando a Empresa na estratégia de recursos de P&D, diminuindo as chances de contingenciamento e reduzindo a dependência da EPE via ações específicas, sem perder a dependência do orçamento. O Comitê agradeceu a participação do Presidente, que se retirou da reunião.

A seguir, foi convidado o Consultor Jurídico Bruno Bastos, que apresentou a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas. Ato contínuo, foi convidada a Assessora de Comunicação Social Maura Xerfan, que apresentou a Política de Porta-Vozes e a Política

de Divulgação de Informações. O Comitê questionou sobre a abrangência da Política e da definição dos porta-vozes. Bruno Bastos explicou que o Presidente representa legalmente a empresa e pode delegar a função de porta-voz. Luis Freitas questionou sobre o procedimento na prática e Joaquim Rubens argumentou sobre punição para quem desrespeita a Política. Maura Xerfan explicou que, na prática, as demandas são centralizadas na Comunicação Social, que encaminha ao Gabinete da Presidência, para endereçamento caso o Presidente não possa responder. A Assessora acrescentou que, quando a demanda é enviada a algum diretor, este define o porta-voz, complementando que quem delega é corresponsável. Maura Xerfan informou que a Assessoria de Comunicação Social apoia, oferece suporte e orientação da marca, sendo a Política de Porta-Vozes instrumento, também, de identidade visual, linguagem e mensagem organizacional. Quanto ao aspecto punitivo, a Assessora relatou que não é função da Política, havendo outros normativos, como o Código de Ética, Conduta e Integridade, que oferecem sanções. Bruno Bastos acrescentou que a estrutura normativa da EPE define as políticas somente com diretrizes e informou que a Política de Porta-Vozes não contempla apenas questões de imprensa, mas também palestras e eventos técnicos. O Coaud recomendou esforço interno para divulgação e operacionalização das políticas e os convidados retiraram-se da reunião.

Na sequência, foi convidado o Gestor de Conformidade e Riscos Elzenclever Aguiar, que apresentou o novo Programa de Integridade da EPE. Luis Freitas questionou a forma de divulgação interna. O Gestor respondeu que é competência da área e que em 2020 realizou apresentação para os empregados, inseriu notícia no portal da Empresa e participou do mês da Ética. Luis Freitas sugeriu que o treinamento fosse obrigatório e constasse na avaliação de desempenho dos empregados, além de inserir no documento, em uma próxima revisão, a divulgação interna. Luis Freitas comentou sobre a não inserção do Comitê de Auditoria como linha de defesa no Programa de Integridade e Elzenclever Aguiar ficou de verificar o fato. Alessandra Lopes explicou as diferenças entre as unidades internas de governança e os órgãos de governança estatutários.

ENCERRAMENTO.

Por fim, às doze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer membro do Comitê manifestado desejo de fazer uso adicional da palavra, o Presidente do Comitê de Auditoria Herbert Quirino agradeceu a participação de todos e deu por encerrada

a 70ª Reunião do Comitê de Auditoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Alessandra Lopes, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê participantes e por mim.

HERBERT ADRIANO QUIRINO DOS SANTOS
Presidente

JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO
Membro

LUÍS CARLOS DA CONCEIÇÃO FREITAS
Membro

ALESSANDRA LOPES C. A. SANTOS
Secretária-Geral